



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 53/2021:

Ratifica o Acordo Sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado a 17 de Julho de 2021, em Luanda, República de Angola.

Resolução n.º 54/2021:

Estabelece as superfícies e os limites geográficos das Cidades de Xai-Xai, Chibuto e da Vila de Mandlakazi, na Província de Gaza e revoga a descrição técnica dos limites da Cidade de Xai-Xai, constante da Resolução n.º 3/81, de 2 de Setembro.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 53/2021

de 2 de Novembro

Havendo necessidade de dar cumprimento as formalidades necessárias para a ratificação do Acordo Sobre a Mobilidade

entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 203 da Constituição, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. É ratificado o Acordo Sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado a 17 de Julho de 2021, em Luanda, República de Angola, cujo texto em anexo, é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. O Ministério do Interior é responsável pela preparação, coordenação e adopção das medidas necessárias para a implementação do presente Acordo.

Art. 3. Os Ministros que superintendem as áreas do Interior e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, são responsáveis pela efectivação dos procedimentos, com vista ao depósito dos instrumentos de ratificação, nos termos do artigo 30º do Acordo Sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 31 de Agosto de 2021.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Carlos Agostinho do Rosário*.

ACORDO SOBRE A MOBILIDADE ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Preâmbulo

Considerando que a mobilidade é um dos principais meios de fortalecimento dos vínculos entre pessoas que integram uma comunidade, e que, por isso, a mobilidade dos cidadãos nos territórios que a compõem deve ser tão livre quanto possível, exceto quando razões de interesse público imponham restrições razoáveis;

Recordando que a mobilidade no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma aspiração antiga dos seus Estados-Membros, que vem sendo objeto de reiteradas menções nas Declarações de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, desde a Declaração de Brasília de 2002 até à Declaração sobre Pessoas e Mobilidade, de Santa Maria, em 2018, cuja materialização, no presente Acordo, contribuirá de forma significativa para uma maior proximidade entre os cidadãos dos Estados-Membros da CPLP e para o incremento das relações de cooperação em todos os domínios, nomeadamente, social, cultural e económico;

Ressaltando que na Declaração sobre Pessoas e Mobilidade na CPLP, aprovada na Cimeira de Santa Maria, em 2018, os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reafirmaram que "a mobilidade e a circulação no espaço da CPLP constituem um instrumento essencial para o aprofundamento da Comunidade e a progressiva construção de uma Cidadania da CPLP";

Ressaltando ainda, que na Declaração sobre as Pessoas e a Mobilidade, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros sublinharam a "premência da criação progressiva de condições que visem a facilitação da mobilidade entre os países que compõem a CPLP, tendo em atenção as especificidades de cada país, nos seus mais variados domínios, nomeadamente normativos, institucionais e de inserção regional, de sorte a garantir que as soluções adotadas sejam sólidas, seguras e factíveis";

Recordando que, através da Resolução de Mindelo sobre a Mobilidade na CPLP, de 2019, o Conselho de Ministros da CPLP renovou a determinação no sentido da criação de "um sistema flexível e variável que confira aos Estados-Membros um leque de soluções que lhes permitam assumir os compromissos decorrentes da mobilidade de uma forma gradual e progressiva, e com níveis diferenciados de integração, de modo a ajustarem os respetivos impactos às suas próprias especificidades internas, na sua dimensão política, social e administrativa";

Recordando que o nível mínimo de mobilidade que deve existir entre os cidadãos dos Estados-Membros da CPLP – circulação, com dispensa de visto, dos titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, especiais e de serviço – já se encontra traduzido nos instrumentos firmados entre os Estados-Membros;

Verificando que, para conferir maior substância ao ideário comunitário, a mobilidade no âmbito da CPLP deve ter como finalidade abranger, não apenas algumas categorias profissionais, mas todos os cidadãos dos Estados-Membros da CPLP, concorrendo assim para o fortalecimento da identidade comum da CPLP, nos termos indicados na Declaração de Santa Maria e na Resolução de Mindelo;

Considerando que faz todo o sentido colocar à disposição dos Estados um conjunto de instrumentos de mobilidade, de sorte a que a escolha possa corresponder de forma mais ajustada possível aos interesses e particularidades próprias dos Estados, sem perda do conteúdo essencial da mobilidade;

Considerando ainda que o Acordo institucionaliza um sistema flexível e variável que permite aos Estados-Membros, a partir de uma base mínima obrigatória que consiste na livre circulação dos titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, especiais e de serviço, a escolha da categoria ou categorias de pessoas em função da profissão ou da área de atividade que exercem, bem assim a escolha do Estado ou Estados-Membros com os quais se querem vincular;

Ressaltando igualmente que o presente Acordo permite aos Estados-Membros, se tal se mostrar necessário, condicionar, num quadro de razoabilidade, a efetivação do acesso ao seu território ao preenchimento de certos requisitos que sejam essenciais para a salvaguarda do interesse público e dos fins para os quais foram estabelecidos;

E considerando, por fim, que o presente Acordo salvaguarda os compromissos internacionais dos Estados-Membros em matéria de mobilidade decorrentes dos Acordos de integração regional nos quais sejam Parte;

A República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República da Guiné Equatorial, a República de Moçambique, a República Portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Democrática de Timor-Leste, acordam o seguinte:

Capítulo I Disposições Gerais

Artigo 1.º Objeto

O presente Acordo estabelece o quadro de cooperação em matéria de mobilidade dos cidadãos dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e entre esses mesmos Estados, através de um sistema flexível e variável que atende às particularidades relativas a cada Estado.

Artigo 2.º Âmbito de Aplicação

O presente Acordo aplica-se aos Estados-Membros da CPLP.

Artigo 3.º

Definições

Para os efeitos do presente Acordo, deve entender-se como:

- a) Mobilidade CPLP, a entrada de um cidadão de uma Parte no território de outra Parte;
- b) Estada de Curta Duração CPLP, a entrada e permanência de cidadão de uma Parte no território de outra Parte, com dispensa de autorização administrativa prévia, por um curto período de tempo, nos termos da legislação interna da Parte de acolhimento;
- c) Visto de Estada Temporária CPLP, a autorização administrativa concedida ao cidadão de uma Parte para entrada e estada de duração superior às estadas de curta duração no território de outra Parte e não superior a doze meses;
- d) Visto de Residência CPLP, a autorização administrativa concedida ao cidadão de uma Parte para a entrada no território de outra Parte com a finalidade de, nesta Parte, requerer e obter Autorização de Residência CPLP;
- e) Autorização de Residência CPLP, a autorização administrativa concedida ao cidadão de uma Parte que lhe permite estabelecer residência no território da Parte emissora;
- f) Instrumentos adicionais de parceria são acordos posteriores, estabelecidos entre duas ou mais Partes, para a concretização da mobilidade para além do mínimo que resulta do disposto na al. a) do n.º 2 do artigo 4.º do presente Acordo.

Artigo 4.º

Princípios Estruturantes

1. O Acordo confere às Partes um leque de soluções que lhes permite assumir compromissos decorrentes da mobilidade de forma progressiva e com níveis diferenciados de integração, para ajustar os impactos do Acordo às suas próprias especificidades internas, na sua dimensão política, social e administrativa.

2. O Acordo é estruturado com base nos seguintes princípios:

- a) Isenção de vistos a favor dos titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, especiais e de serviço, para estadas de duração até 90 dias;
- b) Mobilidade de cidadãos de uma Parte, detentores de passaporte ordinário, no território das demais Partes, sem prejuízo da aplicação do disposto no presente Acordo em matéria de credibilidade e autenticidade dos documentos, de acordo com o grau de compromisso assumido pelas Partes, no âmbito do princípio da flexibilidade variável;
- c) Liberdade das Partes na escolha das modalidades de mobilidade, das categorias de pessoas abrangidas e das Partes com os quais estabelece parcerias para além do limite mínimo, em conformidade com o disposto nos artigos 6.º e 7.º e os demais termos e condições previstos no presente Acordo;
- d) Salvaguarda dos compromissos internacionais das Partes em matéria de mobilidade decorrentes dos Acordos regionais de integração nos quais sejam Partes.

Artigo 5.º

Aplicação de regime mais favorável

Da aplicação das disposições do presente Acordo não podem resultar limitações ao regime mais favorável previsto no Direito interno da Parte de acolhimento.



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Artigo 6.º**Modalidades de Mobilidade CPLP**

A Mobilidade CPLP, entendida como o regime de entrada e permanência de cidadão de uma Parte no território de outra Parte, pode revestir as seguintes modalidades:

- a) Estada de Curta Duração CPLP;
- b) Estada Temporária CPLP;
- c) Visto de Residência CPLP;
- d) Residência CPLP.

Artigo 7.º**Categorias de Pessoas**

1. A mobilidade CPLP, nos termos do artigo anterior, abrange:

- a) Os titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, especiais e de serviço;
- b) Os titulares de passaportes ordinários.

2. Com vista à facilitação do incremento da mobilidade e ao seu ajustamento às realidades internas das Partes, é-lhes permitido ainda, nos instrumentos adicionais de parceria, subdividir os titulares de passaportes ordinários em grupos, em função de atividades que exerçam ou da situação em que se encontrem, ou de qualquer outro critério relevante, nomeadamente:

- a) Docentes de estabelecimentos de ensino superior; investigadores em centros de especialidade reconhecidos; e técnicos altamente qualificados;
- b) Docentes de estabelecimento de ensino não superior;
- c) Empresários, entendida a expressão como pessoas que exercem profissionalmente uma atividade económica organizada para a produção e circulação de bens ou de serviços, através de um estabelecimento estável reconhecido na Parte da sua nacionalidade ou da sua residência habitual, com contabilidade instituída em conformidade com as prescrições legais e administrativas e regularmente inscrito nessa condição no sistema tributário dessa mesma Parte;
- d) Agentes culturais, entendida a expressão como a categoria que abrange artistas, desportistas e representantes de órgãos da comunicação social, escritores, músicos, promotores e organizadores de eventos culturais e desportivos;
- e) Estudantes no âmbito de programas de intercâmbio reconhecidos entre estabelecimentos de ensino da Parte da nacionalidade dos visitantes e os da Parte de acolhimento.

3. As Partes podem fazer escolhas *per saltum* nas categorias de pessoas referenciadas no número antecedente, ou escolher outras não referenciadas, em conformidade com os respetivos interesses nacionais.

Artigo 8.º**Certificação**

A certificação das condições em que se apresentam as pessoas abrangidas pelas categorias referidas nas alíneas b), c), d) e e) do n.º 2 do artigo 7.º, bem como os procedimentos a serem adotados para o efeito, serão estabelecidos em instrumento adicional, aprovado pelas Partes.

RFE



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO PODER JUDICIÁRIO

Artigo 9.º

Segurança Documental

1. Incumbe às Partes a obrigação de assegurar, para além de qualquer dúvida razoável, a veracidade das informações atestadas nos documentos que emitem e que relevem para efeitos da mobilidade.
2. As Partes devem proceder à avaliação rigorosa das condições, designadamente de segurança, que cada Parte possui relativamente aos seus respetivos documentos de viagem e de identificação civil.
3. As Partes obrigam-se, no âmbito do presente Acordo, a facultar reciprocamente espécimes ou cópias dos seus respetivos documentos de viagem e de identificação civil, para efeitos de consulta e exame.

Artigo 10.º

Restrições de entrada e permanência

1. Sem prejuízo do disposto no presente Acordo, é permitido às Partes restringir a entrada ou permanência dos cidadãos da outra Parte no seu território por razões ligadas à necessidade de salvaguarda da ordem, segurança ou saúde pública.
2. É permitido às Partes restringir a entrada ou condicionar a permanência dos cidadãos da outra Parte no seu território por fundadas suspeitas sobre a credibilidade e autenticidade dos documentos que atestam a qualidade exigida para a mobilidade, tal como determinado pelo Direito interno dessa Parte.

Artigo 11.º

Meios de subsistência

1. Às Partes de acolhimento é reservado o direito de exigir ao cidadão solicitante prova de meios de subsistência suficientes, nos termos do seu Direito interno.
2. Em alternativa, a Parte de acolhimento poderá aceitar termo de responsabilidade, subscrito por cidadão nacional ou estrangeiro habilitado com título de residência.
3. As disposições deste artigo não se aplicam a titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, especiais e de serviço.



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

CPLP

Artigo 12.º

Compromisso de incremento

1. Com base nos princípios da flexibilidade e da variabilidade, as Partes assumem o compromisso de criar as condições legais e institucionais que visem o incremento progressivo e ordenado da mobilidade dos cidadãos das Partes, tendo em conta as especificidades de cada Parte.
2. As Partes podem assumir as suas obrigações de forma gradual e com níveis diferenciados de integração, por meio da adesão a uma ou mais modalidades de mobilidade ou da aceitação de uma ou mais categorias de pessoas, de modo a ajustá-las às suas especificidades internas.
3. Às Partes não é exigível o cumprimento de obrigações que se mostrarem incompatíveis com os compromissos internacionais assumidos no quadro dos Acordos regionais de integração de que sejam igualmente Parte.

Capítulo II

Estada de curta duração

Artigo 13.º

Estrutura e fins

1. A Estada de Curta Duração não depende de autorização administrativa prévia e destina-se a todos os cidadãos das Partes titulares de passaportes comuns ou ordinários e titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, especiais e de serviço.
2. A duração da Estada de Curta Duração é regulada pela legislação interna da Parte de acolhimento, com ressalva do disposto na parte final da alínea a), do n.º 2 do artigo 4.º do presente Acordo.
3. O disposto na primeira parte do n.º 1 não impede as Partes de optar, se assim o considerarem necessário, pela aplicação desta modalidade de forma gradual e progressiva, por níveis e categorias de pessoas nos termos do disposto no artigo 7.º.

Capítulo III

Estadas temporárias

Artigo 14.º

Estrutura e fins

1. A Estada Temporária depende de autorização administrativa prévia concedida pela Parte de acolhimento, na forma de Visto de Estada Temporária para cidadãos das Partes, por período não superior a doze meses.
2. O Visto de Estada Temporária CPLP tem por destinatários os titulares de passaportes ordinários.
3. É aplicável ao regime de Estada Temporária o disposto no n.º 2 do artigo 7.º.
4. O Visto de Estada Temporária CPLP permite múltiplas entradas, e a Estada pode ser prorrogada por idênticos períodos, caso o Direito interno da Parte o permita.

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and stamps]



COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

Artigo 15.º

Prazos e cancelamento do Visto de Estada Temporária CPLP

1. O pedido de Visto de Estada Temporária CPLP deve ser decidido num prazo não superior a 90 dias, contados da apresentação do pedido.
2. O Visto de Estada Temporária CPLP tem validade mínima de 90 dias, sem prejuízo de prazos mais alargados fixados por cada uma das Partes.
3. O Visto pode ser cancelado sempre que o seu titular deixar de reunir as condições previstas para a sua concessão.

Artigo 16.º

Aplicabilidade das regras gerais da mobilidade

No regime de Visto para as Estadas Temporárias de cidadãos das Partes são aplicáveis as regras gerais adotadas para a mobilidade no que respeita ao estabelecimento de condições especiais, designadamente quanto à certificação da condição requerida e à segurança documental, no respeito pelo direito interno de cada Parte.

Capítulo IV

Visto de Residência CPLP e Residência CPLP

Artigo 17.º

Estrutura e fins

1. Os cidadãos de uma Parte podem residir no território de outra Parte mediante uma autorização administrativa prévia, nas condições previstas no presente Acordo.
2. A autorização administrativa referida no número antecedente é emitida, numa primeira fase, por meio de Visto de Residência, o qual permite a entrada no território de outra Parte para fins de obtenção de Autorização de Residência da CPLP, título que confere ao requerente o direito a residir no território dessa Parte, nos termos e com os efeitos previstos no presente Acordo.

Artigo 18.º

Categorias

O Visto de Residência CPLP e a Autorização de Residência CPLP podem ser concedidos a todos os cidadãos de qualquer das Partes, nos termos e condições previstos no presente Acordo.

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials: Sub, M, AII]



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA DE FRONTEIRAS
DIREÇÃO GERAL DE POLÍTICA DE FRONTEIRAS

Artigo 19.º

Requisitos para a concessão e meios de prova

1. Podem ser concedidos Vistos de Residência e Autorização de Residência a cidadãos das Partes desde que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inexistência de medidas de interdição de entrada do requerente na Parte de acolhimento, tal como determinado pelo Direito interno deste; e,
 - b) Inexistência de indícios de ameaça por parte do requerente à ordem, segurança ou saúde pública da Parte de acolhimento, tal como determinado pelo Direito interno deste.
2. Cada uma das Partes define, nos termos da sua legislação, a documentação que deve ser apresentada para efeitos de verificação do preenchimento dos requisitos definidos no número anterior.
3. É aplicável ao regime de Visto de Residência e Autorização de Residência o disposto no n.º 2 do artigo 7.º.

Artigo 20.º

Fins do Visto de Residência CPLP

O Visto de Residência CPLP permite ao seu titular a entrada no território da Parte emissora, com a finalidade de obtenção da Autorização de Residência CPLP.

Artigo 21.º

Prazos e cancelamento do Visto de Residência CPLP

1. O pedido de Visto de Residência CPLP deve ser decidido num prazo não superior a 60 dias, contados da apresentação do pedido, sem prejuízo de prazo mais favorável previsto no Direito interno da Parte de acolhimento.
2. O Visto para fixação de Residência CPLP é válido por um período de 90 dias, sem prejuízo de prazo mais favorável previsto no Direito interno da Parte de acolhimento.
3. O Visto pode ser cancelado sempre que o seu titular deixe de reunir as condições previstas para a sua concessão.

Artigo 22.º

Autorização de Residência CPLP

1. A Autorização de Residência CPLP permite a residência no território da Parte emissora, com a duração inicial de um ano, renovável por períodos sucessivos de dois anos, sem prejuízo de renovações por período superior em conformidade com o Direito interno dessa Parte.
2. A Autorização de Residência CPLP pode ser cancelada se o seu titular deixar de reunir as condições previstas para a concessão, ou caso seja dado como culpado de violação de norma interna da Parte de acolhimento que comine o cancelamento.



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA

Artigo 23.º

Prazos para o pedido e decisão da Autorização de Residência CPLP

O pedido de Autorização de Residência para cidadãos das Partes é requerido no prazo máximo de 90 dias contados da primeira entrada do titular de Visto de Residência para cidadãos das Partes no território da Parte de acolhimento, e decidido no prazo de 60 dias, contados da data da apresentação do requerimento.

Artigo 24.º

Taxas e Emolumentos

1. Os cidadãos das Partes, residentes em outras Partes, estão isentos do pagamento de taxas e emolumentos devidos na emissão e renovação de autorizações de residência, com exceção dos custos de emissão de documentos.
2. As taxas e emolumentos devidos nas demais autorizações administrativas para a Mobilidade CPLP, incluindo as suas prorrogações, são reguladas pelos instrumentos adicionais de parceria ou pelo Direito Interno das Partes.
3. Em caso de cobrança de taxas e emolumentos, estes não podem ser superiores aos valores estabelecidos para as autorizações administrativas ordinárias equiparáveis, emitidas a favor de cidadãos dos Estados que não fazem parte do presente Acordo.

Artigo 25.º

Efeitos da Autorização de Residência CPLP

Ao titular da Autorização de Residência CPLP são reconhecidos os mesmos direitos, liberdades e garantias que aos cidadãos da Parte de acolhimento e o gozo de igualdade de tratamento relativamente aos direitos económicos, sociais e culturais, em particular no que respeita ao acesso ao ensino, ao mercado de trabalho e a cuidados de saúde, com ressalva dos direitos que o Direito interno das Partes reserve aos seus cidadãos.

Artigo 26.º

Período transitório

1. É permitido às Partes a opção por um período transitório de aplicação do regime de residência, no qual pode ser exigido aos requerentes do Visto de Residência e Autorização de Residência da CPLP para cidadãos das Partes o comprovativo de um dos seguintes elementos:
 - a) Qualificação em áreas que o habilitem a exercer a curto prazo atividade profissional por conta própria ou por conta de outrem; ou,
 - b) Titularidade de projetos de empreendimento credíveis que assegurem a aquisição dos meios de subsistência.
2. O período transitório referenciado no número antecedente tem a duração máxima de 5 anos, aplicando-se, findo este período, automaticamente o regime ordinário das condições de Visto de Residência para cidadãos das Partes, tal como definido no presente Acordo.



COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Capítulo V Disposições Finais

Artigo 27.º Regimes Complementares

As matérias de tributação, regimes de segurança social, totalização de contribuições, totalização de períodos de seguro e exportações das prestações sociais, bem como de reconhecimento dos níveis de ensino e exercício de profissões reguladas, são tratadas em instrumentos específicos, ou, na ausência destes, pelo Direito interno da Parte de acolhimento.

Artigo 28.º Pontos Focais

Com o depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, as Partes comunicam ao Secretariado Executivo da CPLP o seu Ponto Focal com responsabilidade de acompanhamento da execução do presente Acordo.

Artigo 29.º Assinatura

O presente Acordo está aberto à assinatura dos Estados-Membros da CPLP.

Artigo 30.º Entrada em vigor

1. O presente Acordo entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados-Membros tenham depositado na sede da CPLP, junto ao seu Secretariado Executivo, os respetivos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação.
2. Para cada um dos Estados-Membros que vier a depositar posteriormente na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respetivo instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação que o vincule, o Acordo entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito.
3. O Secretariado Executivo, na qualidade de depositário do presente Acordo, notifica as demais Partes das ratificações, aceitações ou aprovações ao Acordo.

Artigo 31.º Vigência

O presente Acordo permanece em vigor por tempo ilimitado.

Artigo 32.º Adesão

1. Podem aderir ao presente Acordo todos os Estados-Membros da CPLP mediante o depósito do respetivo instrumento de adesão na Sede da CPLP junto do Secretariado Executivo da CPLP.
2. O presente Acordo entra em vigor, para os Estados-Membros que adiram ao mesmo, no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito do seu instrumento de adesão.



COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Artigo 33.º

Denúncia ou Retirada

1. Qualquer Parte pode deixar de ser Parte do presente Acordo mediante notificação escrita, dirigida ao depositário, da intenção de denunciar o Acordo ou retirar-se do mesmo, feita com antecedência mínima de doze meses.
2. A denúncia ou retirada não prejudica qualquer direito, obrigação ou situação jurídica das Partes criados pelo cumprimento do presente Acordo em momento anterior à cessação da sua vigência.

Artigo 34.º

Suspensão da aplicação

1. Qualquer das Partes pode suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo, total ou parcialmente, por fundadas razões de ordem pública, saúde pública ou segurança nacional.
2. A suspensão da aplicação do presente Acordo, assim como o termo da suspensão, devem ser notificados ao Depositário, por escrito e por via diplomática e os seus efeitos produzem-se no momento do recebimento da notificação.
3. Em casos excepcionais justificados pela urgência, a suspensão produzirá efeito na data da emissão da notificação, que o deverá referir expressamente.

Artigo 35.º

Resolução de Diferendos

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação, por via diplomática, entre as Partes.

Artigo 36.º

Revisão

1. Qualquer Parte pode apresentar, por escrito, propostas de emenda, enviando para efeitos de revisão, ao Secretariado Executivo da CPLP, uma notificação contendo as propostas de emenda.
2. O Secretariado Executivo da CPLP regista as propostas de emenda recebidas nos termos do número anterior e, a pedido de duas ou mais Partes, através das suas autoridades competentes, ou três anos após a data da receção da primeira notificação, submete as propostas pendentes ao Conselho de Ministros da CPLP para análise e aprovação.
3. Qualquer emenda aprovada pelo Conselho de Ministros da CPLP está sujeita a aprovação, ratificação ou aceitação pelas Partes.
4. As emendas entrarão em vigor nos termos do n.º 2 do artigo 32.º do presente Acordo.

Sub
DM AH



COMUNIDADE DE PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

Artigo 37.º**Depositário**

O presente Acordo será depositado na Sede da CPLP junto do Secretariado Executivo.

Artigo 38.º**Aplicação**

1. A aplicação a cada uma das Partes das modalidades de cooperação previstas no artigo 6.º do presente Acordo depende sempre de consentimento, expresso por via diplomática.
2. Cada Parte comunicará ao depositário, por escrito e a qualquer momento, quais as modalidades previstas no artigo 6.º, e categorias previstas no artigo 7.º e os demais termos e condições previstos no presente Acordo que aceita lhe sejam aplicáveis e a Parte ou Partes com as quais se vincula na parceria.

Artigo 39.º**Registo**

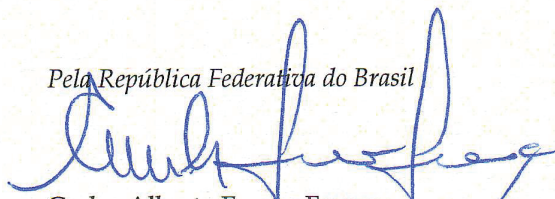
Após a entrada em vigor do presente Acordo, o depositário submete-o para registo junto do Secretariado das Nações Unidas, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo notificar as Partes da conclusão deste procedimento e indicar-lhes o número de registo atribuído.

Luanda, 17 de julho de 2021

Pela República de Angola


Tété António,
Ministro das Relações Exteriores

Pela República Federativa do Brasil


Carlos Alberto Franco França,
Ministro das Relações Exteriores

Pela República de Cabo Verde


Rui Alberto de Figueiredo Soares,
Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação e Integração Regional

Pela República da Guiné-Bissau


Suzi Carla Barbosa,
Ministra de Estado, dos Negócios
Estrangeiros, da Cooperação Internacional e
das Comunidades



COMISSÃO NACIONAL PARA AS
RELAÇÕES EXTERIORES E DE COOPERAÇÃO*Pela República da Guiné Equatorial*Simeón Oyono Esono Angué,
Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação*Pela República de Moçambique*Amade Miquidade
Ministro do Interior*Pela República Portuguesa*Augusto Santos Silva,
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*Pela República Democrática de São Tomé
e Príncipe*Edite Ramos da Costa Ten Jua,
Ministra dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação e Comunidades*Pela República Democrática de Timor-Leste*Adaljiza Albertina Xavier Reis Magno,
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

ESTÁ CONFORME O ORIG

*REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**PLENOS PODERES*

Eu, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*, Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique, confiro plenos poderes a Sua Excelência, *Amade Miquidade* Ministro do Interior, para assinar, em nome do Governo da República de Moçambique, o *Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*.

Em testemunho do que, assinei o presente instrumento e mandei afixar nele o selo do Estado.

Feito em Maputo, aos *15* dias de Julho de dois mil e vinte e um.


Verónica Nataniel Macamo Dlhovo
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Resolução n.º 54/2021**de 2 de Novembro**

Havendo a necessidade de rever os limites territoriais da Cidade de Xai-Xai e definir os limites da Cidade de Chibuto e da Vila de Mandlakazi, ao abrigo do disposto no artigo 4 da Lei n.º 26/2013, de 18 de Dezembro, o Conselho de Ministros determina:

ARTIGO 1**(Objecto)**

A presente Resolução estabelece as superfícies e os limites geográficos das Cidades de Xai-Xai, Chibuto e da Vila de Mandlakazi, na Província de Gaza, em anexo, que são parte integrante da presente Resolução.

ARTIGO 2**(Revogação)**

É revogada a descrição técnica dos limites da Cidade de Xai-Xai, constante da Resolução n.º 3/81, de 2 de Setembro e todas as normas que contrariem a presente Resolução.

ARTIGO 3**(Entrada em vigor)**

A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 21 de Setembro de 2021.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Carlos Agostinho do Rosário*.

Superfícies e os Limites Geográficos das Cidades de Xai-Xai, Chibuto e da Vila de Mandlakazi.

1. Cidade de Xai-Xai

A Cidade de Xai-Xai tem a área de 305.7 km², com limites a partir do Norte, seguindo pelo Este, definidos como se segue:

- a) de um ponto no rio Limpopo, junto a foz do Rio Ponela, de latitude e longitude de 25°01'50.1"S e 33°39'51.2"E, respectivamente, segue pelo curso do Rio Ponela para a montante, até à sua nascente, num ponto de Latitude e Longitude de 25°00'00"S e 33°41'02"E, respectivamente;
- b) deste ponto, segue em alinhamento recto para Este, até a um ponto na lagoa Inhamissa de Latitude e Longitude de 25°00'00"S e 33°41'27"E, respectivamente;
- c) segue o contorno da lagoa até um ponto de latitude e longitude de 25°00'44.0" e 33°42'05.0", respectivamente;
- d) segue em alinhamento recto para Sudeste, até um ponto no riacho (vala da encosta que intersecta com a vala de encosta Xitsonguanine), de latitude e longitude de 25°1'53.0" e 33°42'36.9", respectivamente;

- e) segue pelo riacho (vala da encosta) para Este, até um ponto na sua nascente, junto à linha de alta tensão, de latitude e longitude de 25°1'54.9" e 33°42'44.7", respectivamente;
- f) segue pela linha de alta tensão para Oeste, até a um ponto no cruzamento com a picada que dá acesso ao Bairro Fidel Castro, de latitude e longitude de 25°1'43.8" e 33°43'28.3", respectivamente;
- g) deste ponto segue por esta picada para Sul, até um ponto no entroncamento com a EN1, de latitude e longitude de 25°1'50.1" e 33°43'28.9", respectivamente;
- h) segue pela EN1 para Este, até um ponto na margem direita junto a picada que dá acesso a lagoa Lóngue, de latitude e longitude de 25°02'2.1" e 33°44'12.7", respectivamente;
- i) deste ponto segue pela mesma picada que dá acesso à lagoa Lóngue até um ponto de latitude e longitude de 25°03'07.2" e 33°44'16.4", respectivamente;
- j) segue em alinhamento recto para Sul, até um ponto junto a Estação da meteorológica, de latitude e longitude de 25°03'16.1" e 33°44'17.2", respectivamente;
- k) segue em alinhamento recto para Sudeste, até um ponto na linha da costa passando entre Xai-Xai Beach Resort e Xai-Xai Eco Estate, de latitude e longitude de 25°6'30.3" e 33°45'32.7", respectivamente;
- l) segue pela linha da costa para Oeste, até um ponto junto a foz do rio Limpopo, de latitude e longitude de 25°12'49.2" e 33°29'58.0", respectivamente;
- m) segue o curso do rio Limpopo para montante, até um ponto junto a foz do rio Ponela, de latitude e longitude de 25°01'50.1"S e 33°39'51.2"E, respectivamente.

2. Cidade de Chibuto

A Cidade de Chibuto tem a área de 221.3Km² e com limites a partir do Norte seguindo pelo Este, definidos como se segue:

- a) de um ponto na confluência dos rios Chochuane e Sunguti, de latitude e longitude de 24°32'37.8" e 33°30'42.1", respectivamente, segue o curso do rio Chochuane para montante, até um ponto na sua nascente, junto à Baixa Chiheluene, de latitude e longitude de 24°33'16.8" e 33°31'9.4", respectivamente;
- b) deste ponto segue pela mesma baixa para Sudeste, até um ponto na nascente do rio Chilalanhane, de latitude e longitude de 24°35'25.7" e 33°33'44.5", respectivamente;
- c) segue o curso do rio Chilalanhane para jusante, até um ponto do mesmo, junto à estrada Cidade de Chibuto-Alto Changane, de latitude e longitude de 24°37'7.0" e 33°34'52.0", respectivamente;
- d) deste ponto, segue pela estrada Chibuto-Alto Changane para Nordeste, até um ponto na intersecção com a picada Povoado Macaringue-Cidade de Chibuto, de latitude e longitude de 24°36'14.9" e 33°36'32.4", respectivamente;
- e) segue em alinhamento recto para Sudeste, até um ponto na estrada Cidade de Chibuto-Alto Changane, que dista a mais ou menos 15 metros do cajueiro usado como referência, a Sudeste, de latitude e longitude de 24°36'24.3" e 33°36'47.7", respectivamente;
- f) deste ponto segue em alinhamento recto para Sudeste, até um ponto no entroncamento entre as picadas Cidade de Chibuto-Posto Administrativo de Godide, de latitude e longitude de 24°37'25.2" e 33°37'21.6", respectivamente;

- g) Segue em alinhamento recto para Sul, até um ponto num caminho de pé-posto, de latitude e longitude de 24°37'59.7" e 33°37'18.0", respectivamente;
- h) deste ponto, segue em alinhamento recto para Sudeste, até um ponto no cruzamento de caminhos de pé-posto, de latitude e longitude de 24°38'30.7" e 33°37'29.1", respectivamente;
- i) deste ponto, segue em alinhamento recto para Sudeste, até um ponto num poço tradicional, usado como referência, de latitude e longitude de 24°38'50.6" e 33°38'31.1", respectivamente;
- j) segue em alinhamento recto para Sudoeste, até um ponto no cruzamento das picadas Bucucha-Muhlequiua e Malehice-Cidade de Chibuto, de latitude e longitude de 24°40'21.6" e 33°38'9.6", respectivamente;
- k) segue em alinhamento recto para Oeste, até um ponto no cruzamento da picada Muhlequiua-Chimundo com o caminho de pé-posto Cochomana-Bucucha, que dista a mais ou menos 10 metros da mafureira situada a Este, de latitude e longitude de 24°40'45.6" e 33°36'21.2", respectivamente;
- l) segue pela picada Muhlequiua-Chimundo para Sudoeste, até um ponto na intersecção com a estrada Cidade de Chibuto-Malehice, de latitude e longitude de 24°41'56.6" e 33°35'27.5", respectivamente;
- m) segue pela mesma estrada para Este, até um ponto da mesma, junto à Baixa Nhantsi, de latitude e longitude de 24°42'23.0" e 33°37'33.0", respectivamente;
- n) segue pela baixa para Sudeste, até um ponto junto ao rio Chongoene ou Tchongo, de latitude e longitude de 24°43'7.0" e 33°37'51.9", respectivamente;
- o) segue o curso do rio Chongoene ou Tchongo para jusante, até à sua foz, no rio Limpopo, de latitude e longitude de 24°45'45.5" e 33°35'18.1", respectivamente;
- p) segue o curso do rio Limpopo para jusante, até um ponto do mesmo rio, de latitude e longitude de 24°47'27.6" e 33°34'26.9", respectivamente;
- q) segue em alinhamento recto para Noroeste, até um ponto no rio Limpopo, de latitude e longitude de 24°46'13.2" e 33°33'48.5", respectivamente;
- r) segue o curso do rio Limpopo até um ponto na confluência com o rio Changane, de latitude e longitude de 24°44'2.6" e 33°32'17.1", respectivamente;
- s) segue o curso do rio Changane para montante, até um ponto na confluência com o rio Sunguti, de latitude e longitude de 24°40'28.2" e 33°29'59.2", respectivamente;
- t) segue o curso do rio Sunguti para montante, até à confluência com o rio Chochuane, de latitude e longitude de 24°32'37.8" e 33°30'42.1", respectivamente.

3. Vila de Mandlakazi

A Vila de Mandlakazi tem a área de 98.5 km², com limites a partir do Norte, seguindo pelo Este, definidos como se segue:

- a) de um ponto, no caminho de pé-posto que liga-se às estradas Mandlakazi-Macuacua e Mandlakazi-Mussengue, de latitude e longitude de 24°41'8.7" S e 33°52'26.7" E, respectivamente; segue por este caminho de pé-posto para Nordeste até a um ponto referenciado por um cajueiro, de latitude e longitude de 24°39'50.1" S e 33°55'11.6" E, respectivamente;
- b) deste ponto, segue em alinhamento recto para Este até um ponto próximo a uma obra hidráulica abandonada na Povoação de Ngoioicoio, de latitude e longitude de 24°39'50.3" S e 33°55'21.2" E, respectivamente;
- c) deste ponto, segue em alinhamento recto para Sul até a picada que liga as Povoações de Maússe e Thavane, num ponto de latitude e longitude de 24°40'16.1" S e 33°55'21.0" E, respectivamente;
- d) deste ponto, segue em alinhamento recto para Sudeste até a um ponto junto ao sisal na baixa Mamitane de latitude e longitude de 24°40'26.4" S e 33°55'48.2" E, respectivamente;
- e) segue em alinhamento recto para Nordeste até ao cruzamento das estradas Mandlakazi-Povoação de Thavane e Povoações de Machacaomo-Maússe num ponto de latitude e longitude de 24°40'6.9" S e 33°55'57.9" E, respectivamente;
- f) deste ponto, segue para Nordeste em direcção a Thavane, até a um ponto de latitude e longitude de 24°39'30.3" S e 33°56'25.2" E, respectivamente;
- g) segue em alinhamento recto pela mesma direcção até ao cruzamento da estrada Maússe-Thavane com a picada Macasselane-Guachene junto a árvore designada localmente por "Tsondzo" de latitude e longitude de 24°38'31.7" S e 33°57'11.5" E, respectivamente;
- h) segue pela picada em direcção a Macasselane até ao cruzamento com a estrada Mandlakazi-Chimbozane de latitude e longitude de 24°41'13.0" S e 33°57'54.2" E, respectivamente;
- i) deste ponto, segue em alinhamento recto para Sul até a planície Chinhaguane num ponto de latitude e longitude de 24°43'4.8" S e 33°57'59.0" E, respectivamente;
- j) deste ponto, segue em alinhamento recto para Noroeste até ao entrocamento das picadas Mandlakazi-Maússe e Matsinhane de latitude e longitude de 24°42'15.4" S e 33°56'20.6" E respectivamente ;
- k) segue pela picada em direcção a Vila de Mandlakazi até ao entrocamento com a picada que liga o aeródromo e o Povoado de Chimbozane de latitude e longitude de 24°42'31.4" S e 33°54'17.9" E, respectivamente;
- l) segue em alinhamento recto para Sul, até a árvore designada localmente por "Xinkuhane" situada na margem esquerda das estrada Mandlakazi-Xai-Xai de latitude e longitude de 24°43'6.5" S e 33°54'14.0" E, respectivamente;
- m) segue em alinhamento recto para Sudoeste até a picada Mandlakazi -Povoação de Mucomane, num ponto de latitude e longitude de 24°44'18.7" S e 33°53'12.2" E, respectivamente;
- n) segue em alinhamento recto para Sul, até à Lagoa Nhahlaphi num ponto de latitude e longitude de 24°45'8.5" S e 33°53'13.9" E, respectivamente;
- o) deste ponto, segue em alinhamento recto para Sudoeste até a um ponto referenciado por uma árvore localmente designada por "Hlavo" de latitude e longitude de 24°45'25.2" S e 33°51'24.2" E, respectivamente;
- p) segue em alinhamento recto para Sudoeste, até a um entrocamento de dois caminhos de pé-posto de latitude e longitude de 24°45'53.8" S e 33°49'49.1" E, respectivamente;

- q) deste ponto, segue pelo caminho de pé-posto em direcção Norte até a um local chamado de “Tsondzoene” junto a uma árvore de grande porte, designada “Tsondzo” na estrada Mandlakazi-Chimanganine, de latitude e longitude de 24°44’03.1”S e 33°50’22.8”E, respectivamente;
- r) deste ponto, segue em alinhamento recto para Nordeste até à picada Tsodzoene- Mapanguele a mais ou menos 5 metros de um cajueiro, de latitude e longitude de 24°43’46.2”S e 33°50’36.6” E, respectivamente;
- s) deste ponto, segue por esta picada para Noroeste até a um local chamado de “Xidzivanine” junto a uma árvore localmente designada “Dziva, no entrocamento de picadas, de latitude e longitude de 24°42’32.3”S e 33°48’6.6”,0 E, respectivamente”;
- t) segue em alinhamento recto para Sudoeste até a um ponto no caminho de pé-posto que liga as Povoações de Mabunganine e Magoene, junto as instalações Fada Gundane, abandonadas, num ponto de latitude e longitude de 24°42’54.2”S e 33°46’11.8” E, respectivamente;
- u) deste ponto, segue pelo caminho de pé-posto que liga Mabunganine-Mandlakazi, até a um ponto de latitude e longitude de 24°42’10.8”S e 33°46’10.8”0E, respectivamente;
- v) segue em alinhamento recto para Nordeste até a um ponto referenciado por um cajueiro, no entrocamento de dois caminhos de pé-posto de latitude e longitude de 24°41’35.4”S e 33°48’12.7”E, respectivamente;
- w) segue em alinhamento recto para Nordeste até a picada Magoene-Mussengue, num ponto de latitude e longitude de 24°41’08.8”S e 33°49’14.4”E, respectivamente;
- x) deste ponto, segue em alinhamento recto para Este até um ponto no caminho de pé-posto que liga-se às estradas Mandlakazi-Macuacua e Mandlakazi-Mussengue, de latitude e longitude de 24°41’13.9”S e 33°52’26.7”E, respectivamente.